

Projeto de Lei n° 4266, de 2023

Iniciativa: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT)

Ementa:

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de crimes hediondos) e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tornar o feminicídio crime autônomo, agravar a sua pena e de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem como para estabelecer outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher.

Assunto: Jurídico - Processo

Data de Leitura:

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada por Comissão em decisão **Último local:** 30/10/2024 - Secretaria de Atas e

Diários

Destino: À Câmara dos Deputados **Último estado:** 10/10/2024 - TRANSFORMADA EM

NORMA JURÍDICA

Despacho:

06/09/2023

Leitura da Matéria

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CDH) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Alessandro Vieira (encerrado em 23/11/2023 - Deliberação da matéria)

CDH - (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Relator(es):

Senadora Damares Alves (encerrado em 20/09/2023 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

30/10/2024 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Ação: A matéria vai ao arquivo.

30/10/2024 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação o Ofício da Câmara dos Deputados nº nº 584, de 2024, na origem, que comunica a restituição do

autógrafo do Projeto de Lei nº 4.266, de 2023, sancionado e convertido na Lei nº 14.994, de 9 de outubro de 2024.

Publicado no DSF Páginas 163-164 - DSF nº 187

10/10/2024 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Ação: (PR) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

SANCIONADA. LEI 14994 DE 2024.

DOU (Diário Oficial da União) - 10/10/2024 - Seção I - págs. 2 e 3.

Sancionada em 09/10/2024.



Projeto de Lei n° 4266, de 2023

TRAMITAÇÃO

23/09/2024 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação o Ofício da Câmara dos Deputados nº 508, de 2024, na origem, que comunica o envio à sanção do

presente projeto.

A matéria vai à Secretaria de Expediente.

Publicado no DSF Páginas 33-34 - DSF nº 161

06/12/2023 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Remetido Ofício SF nº 1.273, de 06/12/23, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafo

do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal.

05/12/2023 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado.

04/12/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: APROVADA

Ação: Encerrou-se em 1º de dezembro o prazo para interposição de recurso para apreciação pelo Plenário do presente Projeto.

Não foi apresentado recurso.

A matéria, aprovada terminativamente pela CCJ, vai à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 1857 - DSF nº 211

04/12/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Anexado o texto final revisado.

23/11/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Prazo: Interposição de Recurso a decisão terminativa de Comissão (Art. 91, §§ 3º ao 5º, do RISF). De 27/11/2023 a 01/12/2023.

Perante a Mesa.

Publicado no DSF Páginas 464 - DSF nº 204

23/11/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Ação: Encaminhado à publicação o Ofício nº 215, de 2023, da CCJ, comunicando a apreciação da matéria, em caráter terminativo.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos

membros da Casa, para que seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Publicado no DSF Páginas 448-463 - DSF nº 204

23/11/2023 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Encerrada a relatoria do Senador Alessandro Vieira por deliberação da matéria.

À SLSF, para prosseguimento da tramitação.



Projeto de Lei n° 4266, de 2023

TRAMITAÇÃO

22/11/2023 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES

Ação: Na 49ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, o Relator, Senador Alessandro Vieira, durante a discussão, acolhe integralmente

a Emenda nº 3.

A Comissão aprova o Projeto, a Emenda nº 1-CDH-CCJ, a Emenda nº 3-CCJ, e as Emendas nº 4-CCJ a 8-CCJ, de Relator, as quais

contemplam, com ajustes, a Emenda nº 2.

Anexei o Texto Final do PL 4266/2023.

Anexei o Ofício nº 215/2023- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do

Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, conforme art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF.

Publicado no DSF Páginas 448-463 - DSF nº 204

22/11/2023 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Recebida a emenda nº 3, de autoria do Senador Sergio Moro.

Encaminhada ao gabinete do relator para análise da emenda.

21/11/2023 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Recebido Relatório do Senador Alessandro Vieira, com voto pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH, com cinco

emendas que apresenta, que contemplam, com ajustes, a Emenda nº 2.

20/11/2023 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Recebida a emenda nº 2, de autoria do Senador Hamilton Mourão.

Encaminhada ao gabinete do relator para análise da emenda.

17/11/2023 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

18/10/2023 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido Relatório do Senador Alessandro Vieira, com voto pela aprovação do Projeto com quatro emendas que apresenta.

06/10/2023 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Alessandro Vieira, para emitir relatório.

20/09/2023 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando distribuição.

Projeto de Lei n° 4266, de 2023

TRAMITAÇÃO

20/09/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Encerrada a relatoria da Senadora Damares Alves por deliberação da matéria.

À CCJ para prosseguimento da tramitação.

20/09/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 64ª Reunião, extraordinária, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto com

a Emenda nº 1 - CDH.

Publicado no DSF Páginas 283-290 - DSF nº 163

19/09/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o Relatório da Senadora Damares Alves com voto favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

19/09/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 64ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agendada para o dia

20/09/2023.

19/09/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído à Senadora Damares Alves, para emitir relatório.

19/09/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Matéria aguardando distribuição.

11/09/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Recebido na CDH.

Prazo para emenda: primeiro dia: 12/09/2023 último dia: 18/09/2023

06/09/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Prazo: Apresentação de Emendas a projeto terminativo em Comissão (Art. 122, II, "c", do RISF). De 12/09/2023 a 18/09/2023.

Perante a CDH.

06/09/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal



Projeto de Lei n° 4266, de 2023

TRAMITAÇÃO

AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: A matérias vai à CDH e CCJ, em decisão terminativa, nos termos do art. 91, I, do Regimento Interno, podendo receber emendas

perante a primeira comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, "c", do Regimento Interno.

Publicado no DSF Páginas 15-17 - DSF nº 155

31/08/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO DESPACHO

Ação: Autuado o Projeto de Lei nº 4266/2023. O projeto vai à publicação.

Publicado no DSF Páginas 122-132 - DSF nº 150

DOCUMENTOS

PL 4266/2023

Data: 31/08/2023

Autor: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT)

Plenário do Senado Federal Local:

Ação Legislativa: Autuado o Projeto de Lei nº 4266/2023. O projeto vai à publicação.

Descrição/Ementa: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei

das Contravenções Penais), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de crimes hediondos) e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tornar o feminicídio crime autônomo, agravar a sua pena e de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem

como para estabelecer outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher.

Avulso inicial da matéria

Data: 31/08/2023 Autor: Senado Federal

Plenário do Senado Federal Local:

Descrição/Ementa:

Relatório Legislativo

Data: 19/09/2023

Autor: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatório PL 4266/2023 - Feminicídio Crime Autônomo Descrição/Ementa:

Listagem ou relatório

Data: 20/09/2023

Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 64ª Reunião CDH

P.S 86/2023 - CDH



Projeto de Lei n° 4266, de 2023

DOCUMENTOS

Data: 20/09/2023

Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação Legislativa: Na 64ª Reunião, extraordinária, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto com

a Emenda nº 1 - CDH.

Descrição/Ementa: Relatório PL 4266/2023 - Feminicídio Crime Autônomo

Relatório Legislativo

Data: 18/10/2023

Autor: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido Relatório do Senador Alessandro Vieira, com voto pela aprovação do Projeto com quatro emendas que apresenta.

Descrição/Ementa: Relatório ao PL 4266/2023

EMENDA 2 - PL 4266/2023

Data: 20/11/2023

Autor: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebida a emenda nº 2, de autoria do Senador Hamilton Mourão.

Encaminhada ao gabinete do relator para análise da emenda.

Descrição/Ementa: EMD ao PL 4266

Relatório Legislativo

Data: 21/11/2023

Autor: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido Relatório do Senador Alessandro Vieira, com voto pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH, com cinco

emendas que apresenta, que contemplam, com ajustes, a Emenda nº 2.

Descrição/Ementa: Relatório ao PL 4266/2023

EMENDA 3 / CCJ - PL

Data: 22/11/2023

Autor: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

ocal: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebida a emenda nº 3, de autoria do Senador Sergio Moro.

Encaminhada ao gabinete do relator para análise da emenda.

Descrição/Ementa: Emenda ao PL 4266 2023

Listagem ou relatório

Data: 22/11/2023

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 49ª Reunião CCJ



Projeto de Lei nº 4266, de 2023

DOCUMENTOS

Texto final da Comissão -

Data: 22/11/2023
Autor: Senador

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Na 49ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, o Relator, Senador Alessandro Vieira, durante a discussão, acolhe integralmente

a Emenda nº 3.

A Comissão aprova o Projeto, a Emenda nº 1-CDH-CCJ, a Emenda nº 3-CCJ, e as Emendas nº 4-CCJ a 8-CCJ, de Relator, as quais

contemplam, com ajustes, a Emenda nº 2.

Anexei o Texto Final do PL 4266/2023.

Anexei o Ofício nº 215/2023- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do

Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, conforme art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF.

Descrição/Ementa: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei

das Contravenções Penais), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de crimes hediondos) e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tornar o feminicídio crime autônomo, agravar a sua pena e de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem

como para estabelecer outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher.

P.S 101/2023 - CCJ

Data: 22/11/2023

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

ocal: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Na 49ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, o Relator, Senador Alessandro Vieira, durante a discussão, acolhe integralmente

a Emenda nº 3.

A Comissão aprova o Projeto, a Emenda nº 1-CDH-CCJ, a Emenda nº 3-CCJ, e as Emendas nº 4-CCJ a 8-CCJ, de Relator, as quais

contemplam, com ajustes, a Emenda nº 2.

Anexei o Texto Final do PL 4266/2023.

Anexei o Ofício nº 215/2023- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do

Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, conforme art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF.

Descrição/Ementa: Relatório ao PL 4266/2023

Listagem ou relatório

Data: 23/11/2023

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Votação Nominal da reunião da 49ª Reunião CCJ

Ofício

Data: 23/11/2023

Autor: Presidente de Comissão

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação o Ofício nº 215, de 2023, da CCJ, comunicando a apreciação da matéria, em caráter terminativo.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos

membros da Casa, para que seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Descrição/Ementa: Ofício



Projeto de Lei n° 4266, de 2023

DOCUMENTOS

Descrição/Ementa:

Texto final revisado - Projeto

Data: 04/12/2023

Autor: Núcleo de Redação Legislativa

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Anexado o texto final revisado.

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de crimes hediondos) e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tornar o feminicídio crime autônomo, agravar a sua pena e de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem

como para estabelecer outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher.

Minuta

Data: 05/12/2023

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Anexado o texto revisado.

OFSF 1273/2023

Data: 06/12/2023

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício SF nº 1.273, de 06/12/23, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafo

do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal.

Descrição/Ementa: Encaminha à revisão da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 4266/2023.

Autógrafo - PL 4266/2023

Data: 06/12/2023

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício SF nº 1.273, de 06/12/23, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafo

do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal.

Descrição/Ementa: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei

das Contravenções Penais), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de crimes hediondos) e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tornar o feminicídio crime autônomo, agravar a sua pena e de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem

como para estabelecer outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher.

OFC 508/2024 - Câmara dos

Data: 23/09/2024

Autor: Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 4.266, de 2023.

Ofício

Data: 29/10/2024

Autor: ALEPI - Assembleia Legislativa do Estado do Piauí



Projeto de Lei n° 4266, de 2023

DOCUMENTOS

Local: null

Descrição/Ementa: REQUER VOTO DE LOUVOR PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI 4266/2023 QUE AUMENTA A PENA DO FEMINICÍDIO E INCLUI

OUTRAS SITUAÇÕES CONSIDERADAS AGRAVANDES DA PENA.

OFC 584/2024 - PRIMEIRA

Data: 30/10/2024

Autor: Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Comunica a restituição de autógrafo do Projeto de Lei nº 4.266, de 2023, sancionado e convertido na Lei nº 14.994, de 9 de

outubro de 2024.